



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E PROFERIR PARECER AO
PROJETO DE LEI Nº 3555-A, DE 2004, DO SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO,
QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS EM CONTRATOS DE SEGURO
PRIVADO E REVOGA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL, DO CÓDIGO
COMERCIAL BRASILEIRO E DO DECRETO-LEI Nº 73 DE 1966" (REVOGA
DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 556, DE 1850 E 10.406, DE 2002)

EMENDA SUPRESSIVA

ao

PROJETO DE LEI Nº 3555 DE 2004
(Deputado José Eduardo Cardozo)

*Estabelece normas gerais em
contratos de seguro privado e
revoga dispositivos do Código
Civil, do Código Comercial
Brasileiro e do Decreto-Lei nº 73
de 1966.*

Suprimam-se os §§ 1º e 3º do art. 14 do PL nº 3.555/2004, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

A supressão do § 1º visa a afastar as expressões *relevante e substancial* em função do alto coeficiente de subjetividade que apresentam. Agravamento, afinal, é tudo aquilo que não estava previsto dentro da normalidade e homogeneidade do risco garantido.

Relevante ainda a supressão do § 3º, até por não estar afinado com o *caput* do art. 14 do PL, como determina a boa técnica legislativa. A estrutura técnica **de qualquer seguro**, inclusive dos seguros de pessoas, é idêntica. Não se justifica, portanto, que tal modalidade de seguro tenha **tratamento diferenciado diante da regra da agravação**. Cumpre salientar que as modificações naturais do risco pessoal, tais como a evolução da idade e o aparecimento de enfermidades posteriores à conclusão do contrato, caracterizam o agravamento natural, ordinário, que integra a natureza do risco, insuscetível, portanto, de comunicação à seguradora. Para justificar a comunicação, o agravamento deve ser considerável e não o natural.

Deputado Hugo Leal
PSC/RJ